

ARTIGO

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA REPRESSÃO NOS ANOS 1970 E 2014

HISTORY AND MEMORY OF REPRESSION IN 1970 AND 2014

CARLA LUCIANA SILVA*

RESUMO

O objeto deste artigo é o tratamento dado à Ditadura brasileira e à permanência de algumas de suas práticas pela imprensa, especialmente a repressão contra os trabalhadores e manifestantes sociais. O foco principal da análise é a revista “Veja”. Dois campos são próprios para o estudo: a relação que a imprensa produz com a memória histórica e as práticas discursivas. Analisarei dois momentos históricos: 1969/70 e 2014. O que se percebe é que a revista “Veja” sempre aplica o mesmo modelo discursivo, que muito se assemelha ao da própria ditadura. Privilegia sempre fonte oficiais da repressão, exigindo sempre a repressão aos manifestantes e militantes, seja na Ditadura, seja na “democracia”. Demonstra-se que a postura jornalística é idêntica nos dois momentos históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura brasileira. Memória. Revista Veja. Luta armada

ABSTRACT

The object of this paper is the treatment given to Brazilian Dictatorship and the continuity of some of its practices by the press, especially the repression against workers and social protesters. The primary focus of the analysis is the magazine “Veja”. Two camps are suitable for the study: the relationship that the press produces with historical memory and the discursive practices. I will analyze two historical moments: 1969/70 and 2014. I realize that the magazine “Veja” always apply the same discursive model, which very closely resembles the discursive model of dictatorship itself. Always privileges official sources of repression, always demanding a crackdown on protesters and activists, whether in Dictatorship or “Democracy”. Proves to be that journalistic stance is identical in the two historical moments.

KEYWORDS: Brazilian Dictatorship. Memory. “Veja” magazine. Armed struggle.

Memórias

O debate sobre a relação entre história e memória ganhou maior repercussão no Brasil a partir do final dos anos 1980. Aquele contexto do pós-1989 era rico em grandes acontecimentos que de alguma forma implicariam em fortes abalos no mundo das ideias, fruto das grandes mudanças do mundo concreto. Em primeiro lugar, a derrubada do Muro de Berlim e as apologias do “Fim da História”. De alguma forma essas ideias culminariam com o crescimento das ideias eurocomunistas, de ruptura com os partidos comunistas e com as chamadas renovações da esquerda. Essas transformações viriam a ter uma relação direta com a concepção de história, e com a produção de memórias sobre o momento histórico, o comunismo; e também com a progressiva naturalização do capitalismo e de que “não ha alternativas”, slogan difundido a partir do programa neoliberal de M. Thatcher e R. Reagan. Em segundo lugar, outro fato muito marcante foi o advento dos duzentos anos da Revolução Francesa. Foi um momento decisivo na historiografia, que passava a pontuar a revisão de elementos chaves tais como a noção de totalidade, a noção de processo e, não menos importante, a existência de reais conflitos de classe nas origens da Revolução, o que teria fortes implicações no primeiro aspecto, na possibilidade teórica da existência de uma alternativa ao próprio capitalismo.

Ao longo dos anos 1990, a discussão realizada no Brasil sobre a memória histórica foi fortemente pautada na reflexão francesa, sendo muito frequentemente centrada no debate relativo à História Oral, deixando de lado outros elementos e fatores relevantes dos problemas que envolvem a memória, como o significado político dos embates em torno da memória e o papel das relações de poder desigualmente constituídas na afirmação de determinadas memórias e soterramento de outras.

A memória é social, não existe apenas uma memória, e sim várias possibilidades de elaborações no campo da memória, socialmente compartilhada. Mesmo um grupo, formador de memórias coletivas terá distinções nos seus relatos individuais, de acordo com as formas de apropriação da realidade histórica. É inegável que as memórias vão dando direcionamentos concretos à história atual, porque a forma com que se faz o “uso do passado”¹, condiciona as posições históricas presentes. As tentativas de formular uma única memória são próprias da “memória oficial” ou aos escritos da mídia. O entendimento de memórias como campos de disputa de projetos distintos nos leva a verificar que a memória faz parte dos conflitos sociais, e nos faz completar que a mídia é um sujeito coletivo essencial nesse processo de produção e reprodução de memórias.

A afirmação de uma memória social dominante está diretamente articulada ao papel político desempenhado pelos mecanismos de difusão de informação controlados pelos setores dominantes (social, política e economicamente) da sociedade. Neste aspecto, ressalte-se a importância da mídia na “pré-produção” sobre a história, propiciando vasta circulação e disseminação de relatos, versões e interpretações com forte impacto na memória social e também efetiva influência na produção do conhecimento historiográfico.

Enzo Traverso propõe que pensar a memória articulada à história vivida constitui um ato político. É preciso mostrar as relações, e apontar para os sentidos e para a intencionalidade histórica das produções. Este seria um passo para a análise de qualquer fonte histórica, incluindo-se aí depoimentos que buscam “ser memória”. Manuel Loff indica que o discurso da memória lida com valores que dividem a humanidade desde o século XVIII, sendo a disputa discursiva pela “liberdade” ou pela “revolução” exemplos concretos que vemos sendo apropriados no próprio campo da Ditadura². As elites sempre buscam limpar o passado,

jogando fora sua proximidade com o passado “negativo”, especialmente seu apoio sistemático à violência do Estado. Portanto, há um permanente embate visando definir o sentido socialmente dominante de termos como ditadura, democracia, liberdade e revolução (ou, em outros termos, para impor uma “memória social” compartilhada por todos). A hegemonia é uma visão de mundo, a partir de uma posição de classe, que se propõe universal, para todos.

Segundo Traverso, existe uma disputa permanente pela memória, gerando-se um “combate pela memória” que se transfigura num combate pela história. Nesse sentido, também aqueles que defendem ou defenderam a ditadura se sentem no direito de reivindicar sua própria “memória”. É neste contexto que podemos entender depoimentos de agentes da repressão e colaboradores que reivindicam seu “direito” de manifestação de suas próprias “verdades”. Uma resposta possível, proposta por autores como Traverso e Loff, seria contrapor à este processo a construção de uma **história crítica**, que incorpore como objeto de sua reflexão as diferentes memórias (individual e coletivamente difundidas) sobre as ditaduras e ao mesmo tempo as interprete, sem renunciar a parâmetros de objetividade e cientificidade:

Resultado de uma operação intelectual, a história é analítica e reflexiva, procurando pôr em evidência as estruturas subjacentes aos acontecimentos, as relações sociais nas quais estão implicados os homens e as motivações dos seus atos. Em suma, é uma outra verdade, indissociável da interpretação. Não se limita a estabelecer os fatos, tenta colocá-los no seu contexto, explicá-los, formulando hipóteses e procurando as causas.³

Fernando Rosas indica o problema da relação entre memória e violência, que se entrelaçam nas narrativas sobre os regimes de exceção. Trata-se de “um terreno onde se defrontam hegemonias contraditórias quanto à consciência global a criar”.⁴ O autor fala em **violência da memória e memória da violência** como dois aspectos indissociáveis.

Na ditadura portuguesa, havia uma violência punitiva, diretamente vinculada à repressão, mas também uma violência preventiva, que se vinculava à pretensão de “criar um homem novo”, ou uma “nova ordem”. A repressão vem sempre acompanhada de tentativas de afirmar uma memória, uma visão dominante compartilhada. Neste sentido, repressão e consenso andam juntos.

A memória coletiva, que remete aos grupos que a produziram, é apropriada individualmente. A criação de movimentos de memória é necessária para transformar essa memória individual em memória coletiva. E esse é um embate que envolve os “formadores de opinião”, a mídia, a historiografia e os demais aparelhos de hegemonia. Segundo Ricard Vinyes, na experiência espanhola, a popularização da expressão “recuperar a memória histórica” não garante nada. Ela expressa a ânsia de conhecimento em torno do passado franquista, mas é uma expressão de tal forma “versátil”, imprecisa, que pode ser usada no sentido inverso do que se propõe:

Quando os relatos da vida cotidiana tendem a normalizar a vida diária e a neutralizar os conflitos, frequentemente, para não dizer sempre, acabam sendo sentimentais, nostálgicos e neutros, levando a cabo uma pacificação da realidade na medida em que não são capazes de mostrar até que ponto a política violenta da ditadura penetrava, sempre e inelutavelmente, na vida cotidiana”.⁵

Portanto, é necessário esclarecer qual memória histórica se pretende recuperar, para não correr risco de igualar as narrativas do torturado e do torturador. Essas questões são absolutamente relevantes para a percepção sobre as políticas públicas de memória como também dos espaços públicos de memória, que são o eixo da produção do pensamento comum.

Josefina Cuesta alerta para a importância de que se problematize a “história da memória”, e vê essa questão como “um imperativo, uma exigência social, e deve beneficiar-se dos aportes críticos do ofício do

historiador, se se querem evitar as patologias de uma memória frequentemente cega, como foi o caso do regime de Vichy na França até os anos 1970”⁶. Ademais, não se trata, no caso brasileiro, de um processo traumático que toda a sociedade tenha sido envolvida e que esteja impossibilitada de refletir sobre ela. É necessário, portanto, associar a memória as suas reais condições de produção, incluindo-se seus produtores. Por isso é preciso problematizar a mídia e seu constante revisionismo.

Revisionismo midiático e historiográfico

A imprensa tem papel destacado nos consensos estabelecidos sobre o que foi a Ditadura durante sua existência. Assim como teve papel de destaque nos processos de “democratização”, a imprensa voltou a ter papel relevante na construção política, ideológica, no sentido da construção de hegemonia sobre o que foi a Ditadura, contribuindo para a disseminação de ideias revisionistas. A hegemonia que se cria passa pela construção de memória acerca da ditadura brasileira. E neste caso, trata-se de construir uma visão sobre a história sobre a qual os historiadores sequer se colocaram como problema histórico. Os textos jornalísticos de “memória” são ferramentas complexas para o uso do historiador, porque tem uma inocente aparência de “recuperar a história”, mas de fato trazem em si concepções historiográficas e políticas pouco assumidas.

A primeira questão a chamar atenção tem a ver com a elaboração discursiva. O zelo com os termos e a utilização cuidadosa de expressões ambíguas na busca de construir um dado sentido foi próprio da ditadura, que desde o início se colocava como “democrática”, expressão de uma “revolução”. Assim, o golpe se dá em nome da democracia e do risco suposto de um golpe que instauraria uma revolução. Os militares,

então, dão um golpe e fazem aquilo que é sua própria revolução. Não abandonam o discurso do outro, incorporam-no e lhe dão outro significado, oposto daquele reconhecido pelo outro. É portanto uma luta discursiva a luta ideológica. O peso da imprensa nesse processo de criação de consenso e visões hegemônicas é que nos leva à relação entre imprensa e revisionismo, que seria o:

Nome dado à doutrina teórico-política de Bernstein e, de uma maneira geral, às diferentes correntes que na história do marxismo, criticaram, abandonaram ou transformaram, de forma a revisar, as teses ou as análises de Marx e de Engels que para eles estavam invalidadas ou haviam expirado para entender a evolução histórica.⁷

Algumas características marcantes deste revisionismo seriam, na visão de Bernstein, uma origem hegeliana marxista que o faria associar, equivocadamente ao seu ver, socialismo e revolução; um erro de análise econômica que previa a crise capitalista, baseado na complexificação da sociedade; a tese de que a crise não se agravaria, pelo contrário, seria superada sem dificuldades; a saída para a classe trabalhadora seria sem dúvida a saída via sufrágio universal. Essas teses já foram bastante criticadas, e o dicionário do marxismo aponta as seguintes críticas: o marxismo é uma concepção de mundo, uma arma da classe trabalhadora. Portanto, a crítica a um ou outro ponto da teoria não invalida o princípio. A crise que se avizinhava na economia (final dos anos 1910, anos 1920) não era de menor monta, era de fato, estrutural. E por fim, coloca-se o revisionismo como uma interpretação à direita, que redundaria na forte tendência socialdemocrata até o final dos anos 1980. Esta é portanto uma aceção política da questão, e está diretamente relacionada ao marxismo. O revisionismo se recoloca na pauta exatamente no momento de “debacle” do comunismo, e de crescimento das teses eurocomunistas no final do anos 1980. São também pesadas formas revisionistas que recaem sobre o marxismo, forçando novas

interpretações históricas que propõem abandonar a ideia de processo histórico e de totalidade, apagando as visões até então vigentes.

No final dos anos 1980 houve um outro importante advento que colocou o revisionismo na pauta, os duzentos anos da Revolução Francesa. Eric Hobsbawm, ao tratar da questão, retoma o problema pela historiografia, mas sob novo prisma. Ele deixa de ser uma discussão interna do marxismo. Passa a ser defendida a “revisão da história” para reescrever a história de forma a refutar as interpretações marxistas. No caso da Revolução Francesa, diz Hobsbawm que houve um profundo incômodo nas comemorações dos 200 anos quando os historiadores conservadores se depararam com a existência de contundentes interpretações marxistas sobre o tema, e começaram a criar uma contracorrente historiográfica que visava retirar os conflitos e a luta de classes do eixo⁸. A partir François Furet se retoma a expressão “revisionismo” como algo negativo, no sentido de que nega as visões totalizantes da história, interpretação que andaria *pari passu* com as visões pós-modernas da história. Revisar seria uma forma de reescrever a história para limpá-la, “branqueá-la”, como dizem os portugueses ao se referirem à escrita da história edulcorada sobre o salazarismo. Progressivamente, de acordo com o contexto histórico, vão tentando relegar ao passado as interpretações marxistas.

Entretanto, é importante ressaltar que haveria também um revisionismo positivo, na medida em que os historiadores sempre reescrevem a história, buscando alijar-se da história escrita “desde cima”. Seria o caso quando se refere a reescrever a história negacionista, que nega os fascismos, nega crimes, por exemplo, o Holocausto, ou o extermínio da Guerra do Paraguai. É preciso revisar a história que nega o papel de extermínio exercido pela Tríplice Aliança contra o Paraguai⁹.

Enfim, este é um termo que talvez possa ser questionado, mas o que nos interessa é a criação de consensos em torno de uma dada

hegemonia: a história tem papel central na concepção de mundo, na racionalidade histórica na qual os sujeitos estabelecem suas relações sociais¹⁰. Revisar a história significa recontá-la de acordo com as necessidades do momento vivido. Não é a toa que o principal personagem de 1984 de George Orwell tinha como função reescrever a história nos jornais, ele refazia o jornal do passado de acordo com as mudanças ocorridas no presente.¹¹

É por haver projetos de hegemonia em disputa que também a história é disputada, sobretudo no campo da memória, uma versão que busca ser convincente sobre a história. Nos parece ser necessário associar memória e revisionismo para produzir hegemonia. O primeiro passo é pensar a relação entre a imprensa (ou a mídia, se preferirmos) e a escrita da história. A imprensa produz um relato sobre a história. Se ela surge com intuito de circulação de informações capitais (comerciais, sobretudo), ela vai aperfeiçoando seu lugar de detentora de poder a partir da detenção de informações. Mais contemporaneamente o principal poder da imprensa é a *desinformação*¹², ou seja, é o uso do jornal para divulgar assuntos pouco importantes, alçando questões que não tem nenhuma relevância política ao centro do (não)debate, aos atrativos das primeiras páginas de jornais e capas de revistas. Ou, em termos gramscianos, a arte do diletantismo, transformar o pouco importante em essencial, trazer a pequena política para o centro do debate como se fosse a grande política.¹³

O que querem dizer os editores quando dizem que a imprensa produz um “rascunho da história” para os historiadores? É como se a história só “virasse história” nos registros de um historiador. A história vivida hoje, não é história? São questões incômodas, porque logo vamos precisar encarar o problema: o que os jornalistas e todos os profissionais de imprensa fazem é história. Eles intervêm, eles formam opinião e juízos, eles interferem nas decisões concretas de seus leitores. Isso é algo

dinâmico, ocorre o tempo todo. Quando os jornalistas promovem uma “releitura” da história, eles não o fazem sozinhos, fazem acompanhados de cientistas políticos e em alguns casos de historiadores mesmo, ou jornalistas se advogam a posição de historiadores.

A imprensa tem um papel relevante na construção política, ideológica, no sentido da construção de hegemonia. Para isso contribui decisivamente na elaboração de dados consensos sociais. A hegemonia que se cria passa pela construção de memória acerca da ditadura brasileira. A história é um elemento central na construção de qualquer hegemonia, pois é ela que permite uma identificação do sujeito com o mundo que lhe é externo. É por isso que seguiremos analisando o discurso da ditadura para em seguida analisar o discurso da imprensa sobre a ditadura, para percebermos aí seus fortes pontos de contato.

A luta dos discursos

O cuidado com os termos e a utilização cuidadosa de expressões ambíguas na busca de construir um dado sentido foi próprio da ditadura, que desde o início se colocava como “democrática”, expressão de uma revolução. O preâmbulo do Ato que viria a se consagrar como Ato Institucional número I deixava claros seus propósitos: “é indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro”.¹⁴ A intenção de assegurar o golpe como sendo um golpe não apenas militar, mas também civil está explícita: “movimento civil e militar”. Essa ideia seria ressignificada com o desenrolar dos acontecimentos. Mas desde o princípio não há problema para os golpistas deixarem claro que o golpe foi dado com os civis, como atestaria mais tarde o estudo de René Dreifuss ao comprovar a participação de importante parcela empresarial brasileira na gestação do golpe através do complexo IPES-IBAD.

O golpe de 1964 se deu em nome da democracia e do suposto risco de um golpe que instauraria uma revolução. Os militares no golpe fazem aquilo que é sua própria revolução. Não abandonam o discurso do outro, incorporam-no e lhe dão outro sentido, oposto daquele reconhecido pelo outro. Analisemos o preâmbulo do Ato. No primeiro e segundo parágrafo, além da identificação “civil-militar”, encontramos duas vezes a expressão do Golpe como sendo uma Revolução (grifados por mim):

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica **Revolução**.

A **Revolução** se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. (Ato Institucional número I)

Aparece também o destinatário do golpe, a “Nação brasileira”, que aparece sem qualquer explicação complementar. Não há qualquer resquício de classe nesta definição.

A **Revolução** vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela **Revolução**. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a **Revolução** vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da **Revolução** vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da **Revolução** que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A **Revolução** vitoriosa necessita de se institucionalizar e

se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe. (idem)

Trata-se, evidentemente, de um discurso pedagógico-autoritário,¹⁵ onde, pela repetição, se busca afirmar algumas ideias que querem ocupar o lugar da verdade, da natureza da ação do sujeito não nomeado. Em nome da “Nação”, que representa “o povo”. Mas não se trata de uma representação, se o povo é o titular da nação, ele é tratado como incapaz, pois os Comandantes-em-Chefe é que se assumem como sujeitos. Sujeitos de que? Da Revolução, claro. E de uma revolução que “se tornou vitoriosa”, como se afirma várias vezes. É uma revolução que possui plenos poderes, que aqui parecem emanar de uma força sobrenatural. São tantos os poderes que eles mesmo indicam que vão “institucionalizar e limitá-los”.

Na sequência, se repetem os dados fundamentais: quem levou a “Revolução” adiante... e porquê. O golpe é dado porque, segundo explica o documento, medidas constitucionais, (leiamos, “democráticas”), não funcionariam, pois o governo queria “deliberadamente bolchevizar o país”, embora não haja aqui qualquer indício nesse sentido.

O presente Ato institucional só poderia ser editado pela **Revolução** vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos **revolucionários**, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a *bolchevizar* o País. Destituído pela **Revolução**, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo **revolucionário**, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o *bolsão comunista*, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a **Revolução** vitoriosa, resolvemos, igualmente,

manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional. (idem)

Para legitimar-se como, de fato revolucionários, os golpistas lançam mão da alusão ao perigo: os “comunistas” que queriam “bolchevizar” o Brasil. Mas, dominando a eficácia do discurso, não dizem que os comunistas queriam uma revolução que acabasse com a desigualdade entre as classes. Não, os golpistas roubam discursivamente a revolução, dizem que eles próprios são portadores de uma revolução, deslocando o sentido, fazendo-a recair sob o seu próprio domínio. Não é a toa que a expressão aparece dezessete vezes em um único preâmbulo. Repetir para convencer parece ser importante nessa concepção pedagógica. Assim, a propalada revolução passa a atribuir-se autopoderes:

Fica, assim, bem claro que a **Revolução** não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as **revoluções**, a sua legitimação.

Em nome da **Revolução** vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da **Revolução**, representado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica resolve editar o seguinte. (idem)

O anticomunismo tem um longo percurso na história do capitalismo brasileiro. A imprensa tem sido agente primordial dessa prática. As campanhas anticomunistas dos *Diários Associados* dos anos 1930 eram contundentes na criação de um “inimigo externo” que naquela época era frequentemente associado à URSS e à Revolução Soviética¹⁶. É importante lembrarmos disso para entendermos esse medo difuso da “bolchevização” enunciada no Ato Institucional. Bethania Mariani estudou como os comunistas foram tratados na imprensa brasileira de 1922 a 1989 e chegou a importantes conclusões. Os comunistas eram tratados como “inimigos do Brasil”,

“astuciosos elementos”, “algozes”, “perigosos”¹⁷, e uma lista sem fim de adjetivos negativamente valorativos.

Os discursos sobre os comunistas “ganham sua espessura pela repetição, pela crítica às vezes nítida, às vezes sutilmente disfarçada em explicação”.¹⁸ O “problema do comunismo” é, portanto, um campo de batalha discursiva que será um campo de batalha pela escrita da história e da memória.

1964 se instaura na historiografia como uma quase categoria. Quer dizer golpe, mas nasce com certidão de batismo que se proclama revolução. Nos primeiros atos do governo ditador, o AI(1) e o AI2 lemos muitas vezes a expressão Revolução. A ideia através da qual gira se expressa no preâmbulo, como analisamos acima: “A Revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação” (AI1). Uma lei, que se destina a uma imposição repressiva não prescinde do convencimento. Uma hegemonia deve fazer-se universal, servir “à Nação”.

Coerção e convencimento são as duas fases da construção da hegemonia em torno dessas ideias: Revolução é o que se quer afirmar; movimentos armados, que se distinguem de outros movimentos armados (e de “ameaças” de outros movimentos armados), defendendo-se como portador de uma verdade universal, que a todos deve acomodar. Assim sendo, o revisionismo parece fazer parte da constituição discursiva da ditadura. Ela instaura o ato e a revisão discursiva sobre o ato.

Não é à toa que o movimento além de se considerar revolucionário também se intitula democrático e o “verdadeiro” defensor da “verdadeira” liberdade: “Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a Revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e

preservar a honra nacional”. (AI1) A disputa hegemônica, mesmo que no campo da ditadura, não poderia abandonar totalmente a batalha discursiva: quer parecer revolução, auto intitular-se democrática e defensora da liberdade. Esse discurso permanecerá, mesmo em momentos de acirramento da repressão, que em boa parte é feita de forma institucionalizada.

O Ato Institucional 5, conhecido como marco da institucionalização da linha dura, de aprofundamento do terror de estado, no seu preâmbulo, busca nesses mesmos valores suas justificativas: “CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo (...)” (AI5). Em nome da liberdade e democracia se suprime a liberdade daqueles que pensam diferente. Mas não é apenas uma disputa de pensamento, é uma instituição de poder que redundaria no **Terror de Estado**. Mas a questão que nos fica é porque havia necessidade de dizer que isso era feito em nome da democracia e da liberdade?

A hipótese é de que essa característica discursiva era necessária para manter a ambiguidade, manter um ponto de contato com o campo oposto. É uma forte marca discursiva da institucionalidade da Ditadura que veremos ultrapassar os textos oficiais e ampliar-se no período democrático. Os repressores seguirão colocando-se como defensores da “democracia”. Essa característica está, de distintas formas, presente na prática da imprensa daquele período: uma ambiguidade que nos leva a vislumbrar caminhos que promoveriam o revisionismo histórico do que foi a ditadura. Mais que isso, a posição era desde sempre

marcada pela ambiguidade, e, portanto, muitas vezes as posições que a partir dos anos 2000 iríamos qualificar de revisionistas, já estavam presentes na imprensa durante a ditadura.

***Veja*: os 50 anos na “memória”**

Embora já saibamos que a postura da revista *Veja* tenha sido sistematicamente de apoio ao Golpe de 1964, ainda há elementos importantes a serem investigados.¹⁹ Aqui nos dedicamos a duas questões em especial. De um lado, a ambiguidade como marca discursiva que é uma permanência advinda da Ditadura. Por outro lado, a permanência da lógica repressiva e de apoio à ação do Estado que mesmo em tempos democráticos em muito se assemelha à lógica do Terror de Estado da época da ditadura.

Veja publicou no seu site um editorial que podemos considerar pedagógico, no qual comenta um material de mais de quarenta páginas, que busca “explicar” o que foi o golpe. Essa explicação é uma forma de se colocar como uma visão objetiva, portadora da verdade, e que tira dos leitores a necessidade de que ele tenha que refletir.²⁰ Ressalte-se que este tipo de material é muito importante por sua perenidade. Ele segue no site como fonte de pesquisa para professores do ensino formal, e também para aqueles que fazem educação continuada, sendo permanente fonte de consultas.

A manchete do *Especial* era: A QUEDA DE JOÃO GOULART, 50 ANOS DEPOIS. A legenda da foto é: “João Goulart foi deposto em março de 1964 pelos militares, que tiveram apoio popular, de intelectuais, artistas e da imprensa”. A revista diz que

Revisita os choques políticos que levaram à queda do governo de João Goulart, o Jango, em 31 de março de 1964, dia em que ele foi **alijado do poder** pelos militares com **amplo apoio popular**, dos intelectuais e da imprensa. Isso ocorreu há meio século, mas muitas das contradições

daquele tempo ainda estão vivas no Brasil de hoje — com exceção do que diz respeito à intocabilidade dos **valores democráticos e ao valor intrínseco da sanidade econômica**.²¹

Este texto é coordenado por Vilma Gryzinski que se dedica há muito tempo a textos “históricos” na Editora Abril. Segundo sua orientação, a reportagem “gira em torno das pessoas que foram os **principais personagens**, de um lado e do outro, daqueles eventos. Afinal, não existe história sem homens públicos, e mesmo estes são **seres humanos de carne e osso**, movidos por ambições, desejos e medos”. A concepção de história que permeia esse discurso vai ficando mais clara. Segundo o texto,

Homens públicos devem ser julgados por seu legado político, mesmo quando, no plano pessoal, sejam simpáticos, amem os animais e as mulheres, tratem bem os subordinados e se condoam das injustiças sociais. João Goulart, o presidente deposto no golpe de 1964, era assim. Presidente acidental, também era hesitante, demagógico e aplicado no mau hábito populista de dividir os brasileiros entre os bons e os maus, os que mereciam ter seus clamores atendidos e os que demandavam tratamento duro, se não a exclusão total. Introduzir a complexidade em assuntos que parecem cristalinamente simples foi um dos intuits de VEJA na reportagem. (idem)

Veja uma vez mais diz que vai assumir o papel de explicar aquilo que os demais não entendem, vai “complexificar” o que os demais veriam como uma questão simples, e está se referindo ao golpe de Estado, como esta questão poderia ser simples? As ideias presentes no ex colaborador-editor de *Veja*, Elio Gaspari dão a tônica do problema,²² quando se percebe que Jango passa a ser tratado como um homem que apesar de “gostar de mulheres”, era hesitante e demagógico, um presidente “acidental” (desprezando o fato de que ele fora eleito, o que deveria ser um preceito máximo da democracia. Há portanto continuidade com a “relativização da democracia”. A revista avança, primeiro personalizando a questão em Jango, e em seguida, atribuindo a ele uma dualidade ideológica redutora. Retomando preceitos de uma

história política tradicional, a grande política aparece reduzida a questões pessoais. A história passa a ser um palco onde atuam alguns personagens com imenso poder decisório. O golpe é dado por motivos menores, e assim como surgiu, acabou:

Ambiciosos ou inapetentes para o poder, racionais ou autodestrutivos, generosos ou cruéis, quando não uma mistura de tudo isso, todos os personagens de 1964 se viam como defensores da democracia — e quase todos a afrontaram. No governo Jango, comerciantes eram presos por especulação, sob aprovação popular, e o trecho mais aplaudido do discurso que ele fez no comício da Central do Brasil, quando pretendeu mudar as regras do jogo em assuntos vitais, tratava do congelamento dos aluguéis. Desde então, governantes e governados, entre tantos erros cometidos pelos governos militares e pelos civis que lhes sucederam, aprenderam a respeitar fundamentos básicos que garantem a todos o direito de defender suas opiniões e até lutar por elas, dentro do estado de direito, sem achar que os oponentes precisam ser esmagados, encarcerados ou exilados. (idem)

Os motivos apontados para justificar o golpe seriam então a prisão de um especulador e o congelamento de aluguéis. E “desde então” se aprendeu a conviver com os preceitos liberais. Teriam aprendido com o golpe? Parece que a Ditadura instituiu uma pedagógica aprendizagem. Não há neste texto de apresentação da revista qualquer preocupação em pautar a repressão, as mortes, os desaparecimentos. E portanto, também não se clama por justiça. A conclusão joga o leitor para o presente, ocultando o passado, mas fundamentalmente justificando-o: “Cinquenta anos depois da derrubada de Jango, 29 anos depois do fim da ditadura que se seguiu, o **Brasil é um país muito melhor**”. Parece claro que nessa concepção, valeu a pena o golpe e também a Ditadura. O restante é detalhe.

Somemos à análise uma das tantas manifestações presentes em *Veja* de seu blogueiro, Rodrigo Constantino. Blogs como o dele e o de Reinaldo Azevedo são sustentados pela revista, com posições retrógradas, que beiram ao fascismo, ajudando a manter um público específico. Ele desposa das principais teses revisionistas,

dizendo que Jango era um fraco e incapaz; ao falar da esquerda, insufla uma suposta esquerda forte e poderosa, prestes a dar um golpe. O texto que elegemos para analisar é interessante porque aponta para a relação de retroalimentação da grande imprensa, pois cita um general na *Folha de São Paulo*. Também mostra *Veja* privilegiando fontes autorizadas-oficiais, que no caso serão mesmo as Forças Armadas.

O caminho que Constantino faz para deferir seu argumento é típico. Inicialmente ele diz que “o regime militar como um todo indefensável. Nada justifica 20 anos de ditadura, sem falar que sou crítico de sua gestão nacional-desenvolvimentista e de seu positivismo inspirado em Augusto Comte”. O problema maior da ditadura seria a sua forma de gestão, segundo ele, nacional-desenvolvimentista. Na sequência o autor apresenta seus senões que, na prática, são a negação de qualquer oposição de fato à ditadura. Segue o autor:

Isso não me impede de reconhecer três coisas importantes: 1) o contexto de 1964, da Guerra Fria; 2) o lado positivo de alguns períodos do regime militar; 3) o fato de que aqueles “democratas” que apoiavam Jango desejavam, na verdade, implantar uma ditadura nos moldes cubanos em nosso país.

São coisas bastante evidentes, mas que quase ninguém pode falar, com receio de ser automaticamente acusado de reacionário, fascista, defensor de “milico” no poder, etc. Com isso em mente, aplaudo o artigo do general Rômulo Bini Pereira, publicado hoje na *Folha*. Lança luz justamente sobre essa parcialidade injusta que prejudica, inclusive, a compreensão daqueles conturbados anos.²³

O contexto passa a ser um autônomo condicionante histórico. A Guerra Fria levaria, sim ou sim ao desenvolvimento de políticas anticomunistas, é o que lemos nessa passagem. Em sintonia com a linha editorial que havia dito que hoje “o país é muito melhor”, ele faz questão de ressaltar os “lados positivos” do “regime”. Por fim, apresenta o terceiro argumento infalível do revisionismo, o de que estaria em curso uma revolução comunista que iria instalar uma república sindicalista no Brasil e que os comunistas levariam Jango à radicalização. Esses

elementos seriam, segundo ele, evidentes, e professá-los seria ato de coragem, pois se corria o risco de ser tido como fascista ao expressá-los. Interessante observar que, para reafirmar suas teses, cita um general que fez uma espécie de desabafo na *Folha de São Paulo*, jornal notadamente apoiador da ditadura. O argumento de Constantino se completa com a ideia de patrulha ideológica que existiria no país, que não daria lugar a que as pessoas pudessem dizer “uma verdade”: “Como muitos daqueles guerrilheiros comunistas hoje estão no poder, há uma clara tentativa de reescrever o passado e pintá-los como democratas, vítimas arbitrárias de militares fascistas. Nada mais falso”. Na verdade, essa posição está reverberando a perspectiva dos próprios militares segundo a qual democratas seriam eles próprios que teriam salvo o país do julgo comunista, como vimos nos Atos Institucionais, aqui reproduzido por Constantino. Não apenas isso, o amplo espectro do comunismo era totalmente autoritário, mas como, segundo esse discurso, eles estavam no poder, nada podia ser dito. Analisemos com mais vagar o que eles dizem livremente, embora sempre reclamando de serem malvistas por causa disto. Suas falas são simbióticas: revista e jornal; jornalista e general dividem as mesmas palavras:

A farsa chega a um patamar tão absurdo a ponto de Marighella, um terrorista comunista, ser retratado com ares de herói atualmente (Wagner Moura que o diga). Os mais leigos e jovens podem acabar acreditando nessa baboseira. (idem)

E a síntese viria na fala do general, que diz que Marighella seria o “Guevara tupiniquim!” E os motivos de tal absurdo, segundo eles, seria que:

Apenas a profunda ignorância ou a extrema má-fé podem justificar alguém enaltecer figuras deploráveis como Che Guevara e sua **versão tupiniquim, Carlos Marighella**. Ambos eram movidos pela sede de sangue e violência, pelo ódio e o rancor, sem nenhum apreço pela democracia, pela liberdade, pelo próximo. (idem)

Na narrativa do general, apresentada por Constantino, a caracterização dos resistentes não deixa lugar a dúvida de que se tratava de assassinos incruentos: “estavam dispostos a sacrificar seres humanos inocentes de carne e osso em nome de sua utopia, apenas **um manto ideológico para encobrir sua patologia**. Eram, basicamente, **psicopatas que encontraram no comunismo uma desculpa para matar**”. Diante disso, Constantino conclui que “é realmente revoltante ver essa tentativa de alterar a história e enganar os mais jovens. Mas, como o general reconhece, enquanto os próprios camaradas daquela época estiverem no poder, a isenção da análise se torna praticamente impossível”. Parece estar enunciado aí uma nova concepção oficializada sobre a história recente do Brasil, tão logo os “camaradas” saiam do poder. Segundo ele, não haveria espaço para os legítimos e isentos analistas, porque qualquer referência favorável à ditadura “são de imediato considerados pela intelectualidade como de direita, golpistas ou fascistas”. Ele reivindica o direito de falar bem da ditadura e não ser considerado de direita ou fascista. O problema de fundo seria a ideologização dos historiadores, como se a visão dele não fosse ideológica. Ao acusar a esquerda de que se tomasse o poder seria assassina, denega a importância aos assassinatos reais que os militares promoveram, legitima essas mortes.

De fundo acusam os historiadores críticos de insuflarem o revanchismo, o mesmo discurso apresentado pelos militares quando familiares de desaparecidos exigem a revisão da Lei da Anistia. Se nos delongamos na apresentação enfadonha da posição de Constantino foi para mostrarmos que há problemas sérios a serem enfrentados pelos historiadores, que precisam estar preparados para não terem dúvidas sobre o caráter revisionista e ideológico de falas compartilhadas por *Veja*, *Folha* e os militares. Todos juntos ainda disputam um sentido positivo para o Golpe e para a Ditadura.

***Veja*: os segredos dos anos 70**

Ao lermos o que dizia a revista *Veja* durante a Ditadura vamos perceber uma característica discursiva que terá uma longa permanência. Uma prática que vai se manter também quando analisarmos a revista analisando os movimentos de protestos dos anos 2010. Em capa, de 13/8/1969, a ordem discursiva do “terror” aparecia. A tentativa de “personificar” o terror recorre às falas oficiais, dos próprios repressores. Seu discurso é encampado, fazendo com que a revista ajude no processo de caça aos procurados. Quando apresenta os “terroristas”, reproduz cartazes policiais, com algumas fotos reportando: “eles são jovens, entre 20 e 25 anos. E solteiros. Na maioria, estudantes universitários. São os terroristas de esquerda”.²⁴



Veja, 13/8/1969

As fontes de *Veja* seguem sempre o mesmo lado. O mais interessante é que a revista não era obrigada a publicar isso. Fez uma opção que acaba se constituindo uma evidente colaboração com a repressão. Nesta matéria quem ganha voz é o General Meira Matos, inspetor geral das polícias militares, segundo ela, reiterando que os terroristas seriam estudantes, mas alertando: “dos terroristas, a polícia só conhece uma parte: os que já foram presos e os que estão sendo procurados”. Então, não resta dúvida que seguiriam mais prisões. Por

isso, publicar o cartaz dos “procurados” é, sem dúvidas, colaborar com sua caça.

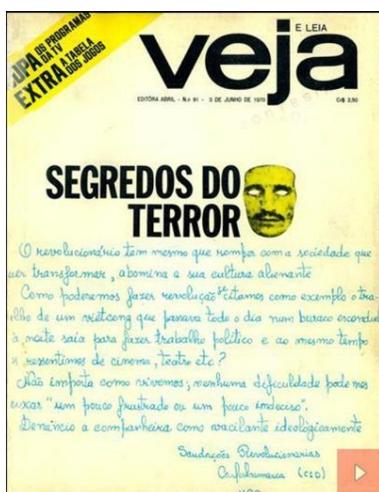
Não há qualquer subentendido sobre o fato de que os presos “informam” ao ser presos mediante bárbaras torturas, a revista não tenta informar sobre isso. Por outro lado, todo o esforço é para qualificar os “terroristas”, sempre acompanhando falas oficiais, nesse caso de um técnico da Polícia Federal: “eles são, no fundo, técnicos, recrutados e treinados especialmente”. Quem os recruta e quem os treina? Sobre isso não se fala, ficam apenas as vagas alusões a Che Guevara e ao comunismo como um todo. O fato era que, segundo a tese da matéria, acabou a fase “festiva” (provável alusão ao termo “esquerda festiva”²⁵) e se partiu para radicalização do terrorismo”.

Como dissemos acima, as fontes de *Veja* a levam a qualificar o “terrorismo” como atos urbanos. Primeiramente cita um coronel que diz que a partir a morte de Che, “as esquerdas decidiram transferir seus movimentos das montanhas para as grandes cidades”. E em seguida, conclui: “o terrorismo se concentra em São Paulo e no Rio, chegou a ser ativo em Belo Horizonte, atua menos intensamente no Recife, é insignificante em Curitiba, Salvador, Brasília, e praticamente desconhecido nas outras capitais. Eis um balanço do terrorismo no País”.²⁶ Ficam as bases para a definição da ditadura como um fenômeno urbano, e que só ocorreria nas principais capitais do Brasil. O restante do país, onde não havia “terrorismo” poderá ser entendido como apoiando a Ditadura.

Pânico, terror, subversão, são as formas mais recorrentes para tratar o caso dos “terroristas” de *Veja*, sempre reproduzindo falas oficiais, que encaminharão para a necessidade de “ações terroristas para atacar o terror”, assim como a infiltração, métodos aprendidos em curso de “combate ao terror”, onde “os professores são brasileiros, com cursos especiais no exterior, principalmente na França”, por causa da

experiência ao combate à Organização do Exército Secreto Argelino.²⁷ Nada alude ao fato de que os cursos são também aulas de tortura e interrogatórios forçados. O enfoque vai para o outro lado, mostrando formas de combate “ao terror” no Uruguai, Venezuela, Colômbia e Guatemala. Parece, ao lermos o texto, que houve de fato uma guerra no Brasil.

Na edição de junho de 1970 encontramos outra vez o “terror” na capa, e agora com todos os seus “segredos” desvendados.



Veja. Capa. SEGREDOS DO TERROR. 3/6/1970.

O texto manuscrito da capa diz o seguinte:

O revolucionário tem mesmo que romper com a sociedade que quer transformar, abomina a sua cultura alienante. Como podemos fazer a Revolução se citamos como exemplo o trabalho de um vietcong que passava todo o dia num buraco escondido e à noite saía para fazer trabalho político e ao mesmo tempo os ressentimentos de cinema, teatro, etc?

Não importa como vivemos; nenhuma dificuldade pode nos deixar “um pouco frustrado e um pouco indeciso”.

Denúncia a companheira como vacilante ideologicamente
Saudações Revolucionárias. (Carlos Lamarca)

O documento apreendido pela repressão é um texto escrito por Carlos Lamarca. Trata de dramas humanos dos militantes, indicando a avaliação de uma companheira de ação revolucionária. A capa da matéria dá a entender que seus crimes podem ser sintetizados na expressão TERROR e na máscara (cara tapada). Precisamos ressaltar que o bilhete de Lamarca aparece, mas qual sua origem e como foi encontrado não entra em discussão. As fontes advindas da polícia e, do DOPS são as fontes preferenciais da revista naquele período, sem qualquer preocupação heurística ou ainda sobre as formas com que as mesmas foram alcançadas. O objetivo era mostrar “a nova face do terror”. A ação da polícia é tratada com naturalidade. E está explícita ação de *Veja* de ajuda nesta caçada:

Lamarca estaria sentindo cada vez mais dificuldade em circular pelas cidades, onde o cerco em torno dele está sempre mais apertado. Num trabalho minucioso, as investigações e as informações obtidas de outro terroristas presos tem permitido que seu passos sejam seguidos bem de perto.²⁸

Parece desta forma que houve uma colaboração dos presos para a descoberta, e não sistemáticas seções de tortura. Ao mesmo tempo, a revista vai dando os pontos, indicando exatamente onde Lamarca estava sendo procurado: “nos campos de treinamento de guerrilha localizados no Vale da Ribeira no sul de São Paulo”. Os pertences dos militantes presos é apreendido “encontrado” em suas casas, levado pela polícia que os disponibiliza à imprensa que os reproduzem, sem qualquer senso crítico, e como se essas expropriações fossem legítimas. As frases escritas no caderno de Lamarca passam a ter caráter de lei marcial: “o humanismo marxista fundamentado na luta de classes é o único permissível”, foi a frase de Lamarca, e portanto, a justificativa para atestá-lo como terrorista. A título de metodologia da revista, cabe citar uma parte de parágrafo, falando sobre o local de treinamento:

As autoridades acreditam que, se esses objetivos estão nos seus planos são provavelmente irrealizáveis. (...) A área foi imediatamente cercada e, segundo as autoridades militares que acompanham as operações, não existiria a menor possibilidade de os terroristas conseguirem êxito apreciável. Segundo uma fonte militar, seriam necessários muitos focos guerrilheiros (...) para se considerar a situação como grave. E as tentativas de doutrinação feitas por Lamarca no seu livro e em cartas apreendidas pelas autoridades (...) boa parte dessas cartas, que as autoridades estão convencidas serem de Lamarca dedica-se a uma autocrítica.

Não há dúvidas de que lado está a verdade para a revista, nas “autoridades”, sempre elas. Mesmo que as provas sejam singelas e que de fato não provem nada além de uma série de ideias expressas em papel, a caça se justifica na revista, dando voz às “autoridades”. Em dois parágrafos analisados, as “autoridades” são citadas mais de vinte vezes. Postura idêntica revista teve em vários outros casos, como a própria caçada a Carlos Marighella, apenas para exemplificar.

A matéria que ganhou a capa enunciava: “As seis perguntas do terror”. Essas perguntas foram: Como vai terror? E os terroristas? Que fizeram? Que provocaram? Que vão fazer? Como são combatidos? Vale destacar que a revista possuía uma seção intitulada “terror” e também “subversão”, ou seja, essa matéria está inserida em um conjunto de outras mais amplas que tem como problema o combate à resistência à ditadura.²⁹ O primeiro passo da matéria é qualificar a esquerda como terrorista, buscando um exemplo russo, de 1870, ou seja, sequer da Revolução Soviética, e enunciando uma posição orgânica: “os adultos são incapazes de compreender os ideais da revolução”, e por isso “gerações de terroristas deviam estar sempre prontas para ir matando os czares, isso durante todos os séculos, até a eternidade”. Mas, diz a revista, os “terroristas” brasileiros seriam diferentes: “quase a totalidade dos nossos terroristas – menos os poucos que não são de esquerda – quer, de diversas formas diferentes, um único fim: a destruição do ‘sistema capitalista’ e a instauração do socialismo no País”.³⁰ Segue a

revista alertando que a população que já era importunada com a violência do terrorismo “começa agora a conhecer suas verdadeiras intenções”. Eram passos importantes para a definição do inimigo que se deveria combater, um inimigo “socialista”, e vamos percebendo também que é um inimigo bastante urbanizado. Quando fala em nome da “população”, seguramente trata de leitores de *Veja*, público de classe média, residentes nos grandes centros do país, mesmo que vá referir acontecimentos do interior. As ações do “terrorismo” são apresentadas por *Veja*, tendo sempre como fonte privilegiada os agentes repressores, sobretudo policiais. Assim, ela reporta “um coronel baleado por estudantes que distribuíam panfletos no Rio”; um preso que teria dito que “eu não sou marginal. Vocês recuperam um marginal. Para mim, só o fuzilamento”; ou ainda, a fala do Comandante do I Exército: “Não podemos arriscar a vida de nossos soldados (...) minha ordem foi clara: quando os soldados sentirem que alguém vai os atacar, podem atirar para matar, para valer”.

Os novos segredos do terror

Em 2014 um manuscrito de um militante tomado pela polícia como prova da periculosidade do militante não aparece na capa, mas está em destaque na matéria da mesma revista *Veja*. Segue-se aqui um momento de perseguição aos manifestantes das “jornadas de Junho”³¹, especialmente aqueles que se organizam politicamente fora dos partidos que convencionalmente representariam a classe trabalhadora. É impressionante como um veículo de imprensa possa tomar anotações pessoais (que na verdade foram apropriadas pela Polícia), que não passam de expressão de opinião e visão de mundo, como prova jornalística do risco que os militantes representam. E seguir daí sua campanha pela criminalização dos movimentos sociais, tônica dos meios de comunicação dominantes no século XXI.

Trecho de um texto escrito por Caio Souza Silva: cabeça de black bloc

O processo do Brasil depende da socialização do povo optei pelo um país melhor, as nossas consequências de decidir a revolução do nosso país vem dos revolucionários, a opinião não é agradável a todos mas a exploração do povo

"O processo do Brasil depende da socialização do povo. Optei por um país melhor, as nossas consequências de decidir a revolução do nosso país vêm dos revolucionários, a opinião não é agradável a todos."

O trecho manuscrito diz: “O processo do Brasil depende da socialização do povo optei pelo um país melhor, as nossas consequências de decidir a revolução do nosso país vem dos revolucionários, a opinião não é agradável a todos, mas a exploração do povo...”³². O regime mudou, mas a existência de um inimigo necessário segue igual. *Veja* continua se colocando no mesmo lugar histórico. Antes, ela mostrava os “segredos do terror”. Agora, ela personifica o terror em um personagem, Sininho:



Capa. Revista Veja. 19/2/2014

Quando em 2014 ocorreu um incidente envolvendo um militante black bloc, que ocasionou a morte de um jornalista, foi o prato cheio para que a revista *Veja* associasse diretamente o movimento e a militante Sininho, produzindo uma série de falas sobre ela, que mais parecem as produzidas contra “o terror” de 1969: “reportagem de *Veja* dessa semana mostra que a máscara ‘libertária’ do grupo caiu e revela o rosto sombrio de um bando que, ao aliar inconseqüência à violência e o uso de armas letais, equipara-se a terroristas”³³. A identificação dos militantes com o terrorismo é a tônica de toda a matéria: “eles não vieram com flores nas mãos. Os primeiros black blocs a surgir nas ruas brasileiras já chegaram de máscara e marreta em punho. Quebraram lojas, incendiaram ônibus e invadiram prédios públicos em badernas no Rio, em São Paulo e em outras 22 capitais”. Mais ainda, os black blocs “não são um bando a ser defendido. A violência que praticam não tem nada de ‘simbólica’. Mata”. A intenção da matéria é associar os militantes a um político brasileiro, dando ênfase ao suposto desrespeito à ordem que seria intrínseco aos grupos, e por isso, não teriam direito sequer a defesa. A ordem da matéria é achar um culpado, mostrar um *modus operandi* do grupo e mostrar como estariam atentando contra a ordem, sem jamais questionar o caráter desta ordem. A caracterização de Sininho mais uma vez nos remete aos anos 1960:

Sininho diz que não gosta de políticos e políticos dizem que não apoiam a violência dos black blocs, mas as duas partes parecem se dar muito bem. (...) [Sininho] vivia com quatro colegas em um apartamento com poucos móveis e paredes cobertas de discos de vinil, recebia amigos para festinhas (animadas a MPB, cerveja e baseados) e passeava na cidade com uma bicicleta modelo retrô. Em junho, depois da primeira passeata, não saiu mais da rua e foi subindo na hierarquia dos ‘militantes ativistas’. Com tempo de sobra, esteve na linha de frente de quase todos os protestos. Ficou famosa – e mais ainda depois de ter sido detida por três dias.³⁴

A estigmatização da militante, a invasão de privacidade, a reprodução de estereótipos, tudo isso caracteriza o jornalismo da revista, que não tem qualquer preocupação em esclarecer quais são suas fontes. E também, que não tem problemas em convencer seus leitores da periculosidade da personagem que está descrevendo porque ela ouve MPB, toma cerveja e usa “baseados”. Na falta de acusações mais contundentes, estas ocupam o lugar de provas de “mau-comportamento”. É uma caracterização de jovens muito parecida com a que se fazia nos anos 1960. O passo seguinte é desqualificar os advogados de defesa, criticando a existência de advogados gratuitos, já que isso foge completamente à lógica instaurada.



Veja, Capa, 13/8/1969



Veja, capa, 21/8/2013

Estas duas capas, separadas por mais de quarenta anos, são muito significativas da permanência de um discurso, da repetição de determinadas ideias e de uma concepção de mundo que não dá lugar a qualquer divergência, pois o pensamento divergente é desde lado desqualificado: “terroristas”, “caras tapadas”. Na ditadura, ou na democracia, a posição de *Veja* não admite oposição.

A opção por privilegiar a revista *Veja* na análise não se deve a que essa postura tenha sido exclusiva dela, de nenhuma forma. Encontramos postura semelhante na *Folha de São Paulo*, no *Estado de São Paulo* ou no

Globo. Nossa escolha se deveu ao desejo de aprofundar o estudo sobre o periódico semanal. Nossa escolha se deve à possibilidade de estabelecer a comparação entre o passado, o presente e as elaborações que a revista faz sobre o passado, os “usos do passado” na formulação de Traverso. É em um estudo de maior fôlego que contribuimos para dar conta desse sujeito histórico chamado revista *Veja*.³⁵ Ela se porta como “os olhos do Brasil” desvendando seus “segredos”, mas faz isso sempre sob sua própria lente.

A visão sobre a qual *Veja* produz consenso é a visão oficial, não de um governo em especial, mas daqueles que exercem o “direito legítimo do uso da força”. A repressão aos militantes e aos movimentos sociais de uma forma geral são a grande batalha que *Veja* vem travando ao longo de sua existência. Qualquer expressão da luta de classes do ponto de vista dos trabalhadores e explorados deve logo ser desqualificada e sempre que possível criminalizada. No caso da ditadura então ela pode ser diretamente reprimida da forma “necessária”, e por isso *Veja* contribuiu e segue contribuindo para pintar uma esquerda forte, e um movimento revolucionário ameaçador quando fala da ditadura no Brasil. Cala-se sobre os assassinatos da Ditadura, as torturas, as violações dos direitos humanos de forma geral. Por isso tudo é essencial podermos problematizar as produções no campo da memória, que tem sido uma história de manter uma história falaciosa e fundar uma história conservadora de posições repressoras. É por isso que a questão da Ditadura em *Veja* deve ser vista no período dos anos ditatoriais, mas também nos dias atuais.

Notas

*Pós-doutorado na Universidade Nova de Lisboa e Docente do Curso de História e do PPGH da UNIOESTE. Projeto de Pesquisa: Ditadura no Oeste do Paraná – História e memória – CNPq. E-mail: carlalusi@gmail.com

¹ TRAVERSO, E. **Passado**: modos de usar. Lisboa: Unipop, 2012.

² LOFF, M. Depois da Revolução? ... revisionismo histórico e anatemização da Revolução. **História e Luta de classes**, n° 12, set/2011, pp.11-16.

³ TRAVERSO, E. op.cit., p. 125.

⁴ ROSAS, F. Prefácio. In: PIMENTEL, I.; FARINHA, L. **Vítimas de Salazar**: Estado Novo e violência política. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, [3ª Ed.] p. 26.

⁵ ibid, p. 149.

⁶ CUESTA, J. **La odisea de la memoria**: historia de la memoria en España. Siglo XX. Madrid: Alianza Editorial, 2008, p. 61.

⁷ BENSUSSAN, G.; LABICA, G. **Dictionnaire critique du marxisme**. Paris: Aquadrige, PUF, 1981. Révisionnisme. P S . Adaptação livre CLS, pp.1004-1006.

⁸ HOBSBAWM, E. **Ecos da Marselhesa**. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 10.

⁹ QUEIRÓZ, S. **Revisando a revisão**: genocídio americano: a Guerra do Paraguai de J J Chiavenato. Porto Alegre: FCM, 2014. Prefácio de Mario Maestri.

¹⁰ SILVA, C. Imprensa e construção social da Ditabranda. In: MELO, D. B. (Org.) **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

¹¹ ORWELL, G. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

¹² SERRANO, P. **Desinformación**: como los medios ocultan el mundo. Barcelona: Península, 2009. Prólogo de Ignacio Ramonet.

¹³ GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁴ Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Ato Institucional**. Brasília: 9/4/1964. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm

¹⁵ Nos termos apresentados em: ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento**. As formas do discurso. Campinas: Pontes, 2001. [4ª Ed.] p. 16: “o referente está ‘ausente’, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo”.

¹⁶ SILVA, C. **Perigo vermelho**: imaginários anticomunistas brasileiros, 1930-1934. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

¹⁷ MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: EdUNICAMP, 1998.

¹⁸ Ibid, p. 63.

¹⁹ Análise mais aprofundada sobre a Veja e a ditadura está realizada em: SILVA, C. Veja e a Ditadura. A memória dos militares refaz a história. **Revista Historia Actual Online**, n° 31, Primavera, 2013, pp.95-107.

²⁰ Essa é uma atitude que inferimos da própria revista ao longo do tempo, especialmente pela leitura de seus editoriais. Ver: SILVA, C. A Carta ao Leitor de Veja: um estudo sobre os editoriais. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, vol.32, n° 1, jan./jun. 2009. pp. 89-107.

²¹ **Veja on line**, 22/3/2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-queda-de-joao-goulart-50-anos-depois>.

²² Para situar criticamente a posição da obra de Gaspari: CALIL, G. Elio Gaspari e o elogio da transição conservadora. **Outros Tempos**, vol. 11, n° 17, 2014, pp. 246-270.

²³ CONSTANTINO, R. Não há isenção na análise histórica de 1964. **Veja online**, 24/3/2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/historia/nao-ha-isencao-na-analise-historica-sobre-1964/>

²⁴ Idem, p.17.

²⁵ Provavelmente inspirado na expressão de VENTURA, Z. 1968. **O ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

²⁶ Idem, p.18.

²⁷ Idem, p.21.

²⁸ A nova face do terror. **Veja**, 3/6/1970, p.20.

²⁹ Esta temática foi abordada em: RAUTENBERG, E. A revista *Veja* e os guerrilheiros no Brasil 1968-1972). **História e Luta de Classes**, n° 10, nov. 2010, pp.44-50.

³⁰ As seis perguntas do terror. **Veja**, 13/8/1969, p.16.

³¹ Sobre este aspecto, ver: CALIL, G. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. **Projeto História**, n° 47, ago 2013.

³² Os black blocs agora têm uma morte sobre os ombros. **Veja**, 15/2/2014.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ Ver: SILVA, C. **Veja**: o indispensável partido neoliberal. Cascavel: Edunioeste, 2009.

Recebido em: 04/05/2014

Aceite em: 16/06/2014